

5 Conclusão

Com esta dissertação de mestrado tentou-se analisar o processo de reformulação da identidade coletiva do Reino Unido no governo de Tony Blair em função de sua participação no desenho da política de segurança e defesa da UE. Esta reformulação é relevante na medida em que o Reino Unido manteve por muito tempo uma posição reticente com respeito a qualquer desenvolvimento de estruturas permanentes relativas a segurança e defesa na UE.

Tony Blair assumiu o comando do governo em 1997 com o objetivo de modernizar o Reino Unido não só no que diz respeito à política doméstica, mas também à política internacional. Neste sentido, o desenvolvimento de uma política de segurança e defesa na UE apresentou-se como uma oportunidade para mudar a imagem do Reino Unido e reformular a identidade coletiva do Estado frente aos outros Estados Membros da UE. Assim, a modernidade para o Reino Unido esteve intimamente ligada à integração na UE como uma pré-condição para uma transformação num estado 'moderno'. Contudo, as raízes desta necessidade de oferecer uma visão de um Reino Unido diferente, moderno, temos de procurá-las na própria história da integração Européia e na posição do Reino Unido *vis-à-vis* a UE.

A participação do Reino Unido no esquema de integração européia foi tardia. O Reino Unido preferiu não participar nas negociações que deram origem ao que hoje é a UE. Por quase três décadas permaneceu como espectador, à margem dos desenhos de construção de uma entidade política nova que começou com a assinatura do Tratado de Paris, de 1952, que estabeleceu a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, e os Tratados de Roma, de 1957, que estabeleceram as Comunidades Européias.

Foi só na década de 1970 que o Reino Unido formou parte da então Comunidade Econômica Européia, cuja entrada não esteve isenta de complicações, principalmente devido à atitude de De Gaulle, quem, por duas vezes, vetou o ingresso do Reino Unido à Comunidade, na década de 1960. Uma vez dentro da UE, no entanto, a política britânica acerca da inclusão de questões relativas a segurança e defesa foi reticente. Esta atitude se

manifestou no âmbito da Cooperação Política Européia, cujo estabelecimento praticamente coincide com a entrada do Reino Unido na Comunidade. Com relação à CPE, o Reino Unido se esforçou para manter esta política no âmbito puramente intergovernamental, de forma a não interferir com o princípio de soberania nacional. Quando o governo de Margaret Thatcher recorreu às estruturas da CPE, foi de uma maneira instrumental, e, portanto, não se tratou de uma verdadeira formação de identidade coletiva.

Acontecimentos internacionais colocaram novamente o debate sobre segurança européia no cerne das negociações que levaram, posteriormente, à assinatura Tratado de Maastricht, em 1992, estabelecendo uma Política Externa e de Segurança Comum da UE. Mas o debate sobre a união política chegara numa hora pouco propícia para o Reino Unido, devido à situação interna do próprio partido governante, o Conservador, fazendo com que a ‘ questão européia ’ fosse considerada como um desafio a enfrentar, em vez de um processo com o qual contribuir. De fato, grande parte do fracasso do governo de John Major deveu-se à incapacidade para lidar com o desafio de uma “união cada vez mais estreita” entre os povos europeus.

Inclusive em 1997, quando o novo Primeiro Ministro, Tony Blair, assumiu o governo, ainda existiam vestígios de oposição a uma maior integração. No âmbito específico de segurança e defesa, Blair defendia a independência política da UEO. Mas, em pouco tempo, essa atitude mudou.

Embora o Tratado de Amsterdã de 1997 tenha incluído o desenvolvimento de uma Política de Segurança e Defesa da EU como uma eventualidade, o grande impulso à dimensão da defesa européia veio, inesperadamente, do Reino Unido, através dos discursos de Blair em Pörschach e na declaração franco-britânica de Saint Malo, em 1998. É devido a estes fatos que a Declaração de Saint Malo resultou tão significativa, uma vez que tratou-se de uma quebra de padrões de formulação de políticas, e, portanto, de uma aceleração do processo para implementar as provisões estabelecidas nos Tratados de Maastricht e de Amsterdã, o que não teria acontecido em governos anteriores.

Vale salientar, outrossim, que o contexto internacional também favoreceu a mudança da atitude britânica. De fundamental relevância foi a crise de Kosovo, em 1998, ao salientar a fraqueza da capacidade militar dos Estados Membros da UE e a dependência da liderança

da OTAN e dos Estados Unidos para resolver crises em regiões vizinhas à UE. A crise de Kosovo chamou a atenção para a carência de um papel de defesa da UE.

Contudo, mais importante do que estes fatos foram as idéias que os condicionaram e sustentaram. Qual contexto ideacional levou o Reino Unido a liderar a Política Europeia de Segurança e Defesa? Como foi redefinida a identidade coletiva em função dessas idéias? E como a identidade informou os interesses, de forma a favorecer a reprodução dessa identidade coletiva? Para responder a estas perguntas, tem-se recorrido a conceitos desenvolvidos pelo enfoque construtivista das Relações Internacionais, que tem como premissa fundamental que a realidade é socialmente construída. Isto é, a realidade é construída na prática – tanto comportamental quanto discursiva – dos agentes e na interação entre eles. Por outro lado, estas práticas são instanciadas por idéias, ou estrutura ideacional, que informa as identidades e os interesses dos atores, os quais se encontram em mútua constituição.

De fundamental relevância tem sido a análise da política da Terceira Via, desenvolvida por Anthony Giddens e associada ao Novo Trabalhismo de Tony Blair. A importância desta proposta política residiu no fato de ter oferecido ao governo Blair um marco conceitual que servira de base para a formulação de determinadas políticas. Assim, a crise geral da social-democracia na Europa somada às quatro últimas derrotas eleitorais consecutivas do Partido Trabalhista para o Partido Conservador, ofereceram um contexto favorável à mudança de estilo político do partido que lhe permitiu chegar ao poder após 18 anos em que se limitou a ser o partido da oposição. Uma vez no governo, os conceitos desenvolvidos na Terceira Via constituíram a base das políticas de Blair. No entanto, não houve na Terceira Via orientações específicas sobre política externa, nem muito menos sobre política de segurança e defesa. Contudo, foi possível inferir determinadas idéias que, por sua vez, foram o fundamento das políticas sobre esta questão.

Em primeiro lugar, o contexto internacional no qual o Reino Unido interagiu foi caracterizado pelas tendências da globalização entendida em sentido amplo, ou seja, não só como uma maior interdependência econômica, mas como um fenômeno muito mais profundo e de conseqüências duradouras, uma vez que o que estava em jogo era a própria “transformação do tempo e do espaço”. Desta forma, não só as economias seriam afetadas por estas tendências, mas também a sociedade e a cultura. As questões de segurança e

defesa, portanto, não estão isentas da influência dessas tendências que levam a uma maior interdependência entre os Estados. É devido à interdependência que os Estados Membros da UE se comprometeram, por exemplo, no conflito de Kosovo, em 1998. Isso, porque num mundo caracterizado pela globalização, o isolamento já não é uma opção. Nesse contexto, o Reino Unido, um dos grandes Estados da UE, não pôde ficar apenas como espectador das mudanças e, sim, teve de jogar um papel ativo na criação de novas regras e instituições internacionais.

O contexto de interação, por sua vez, foi importante na medida em que facilitou a reformulação da identidade coletiva do Reino Unido como ‘líder construtivo’ e membro da UE, e uma vez que o tipo de anarquia que predominara neste contexto era a anarquia kantiana, caracterizada por um alto grau de identificação do Reino Unido com a UE. As regras que regem esse tipo de anarquia – não violência e ajuda mútua – favoreceram o maior comprometimento do Reino Unido em políticas pró-sociais, ou seja, que levam em consideração o outro com o qual o Reino Unido se identifica. Essas regras, combinadas com uma maior interdependência em matéria de segurança e defesa européias e com uma atitude e sentimento de auto-restrição, que ajuda a superar o temor de ser absorvido pela outra parte, favoreceram a formação de uma identidade coletiva. Contudo, essa identidade coletiva não significa uma identificação total com o ‘outro’.

Nos discursos de Blair, esse tipo de ‘anarquia’ que caracteriza as relações entre os Estados Membros da UE, foi enquadrada na ‘doutrina da comunidade internacional’, onde foi salientado o papel da cooperação internacional, e, portanto, da interdependência, não só como resposta para a crescente globalização, mas também como forma de comprometimento que levava à responsabilidade comum. Assim, a crise de Kosovo foi considerada como uma oportunidade para exercer responsabilidades consideradas comuns para todos os Estados Membros da UE, pois desta responsabilidade comum derivariam benefícios para todos, além de garantir a segurança do grupo, que comparte um destino comum. Por outro lado, esta crise também foi uma oportunidade para que o Reino Unido exercesse seu papel como “líder construtivo” dentro da UE. Conseqüentemente, a UE foi construída na prática discursiva como o âmbito propício para exercer a cooperação internacional, pois ela é considerada como ‘um lar’ para o Reino Unido.

Na perspectiva da doutrina da comunidade internacional, os Estados foram apresentados como os principais e mais poderosos atores do cenário internacional. Assim, o Reino Unido, como ator internacional, foi conceitualizado nos discursos do Primeiro Ministro Tony Blair como “Estado Membro líder na UE”. Desta forma, o interesse de exercer uma liderança na UE estaria condicionado pelo interesse objetivo de satisfazer as necessidades de auto-estima, de forma a reproduzir aquela identidade coletiva.

Como já visto, a PESD, por ser parte integrante da PESC, se insere no pilar intergovernamental da estrutura da UE. Isto significa que esta política demanda um diligente esforço de coordenação entre os Estados membros, no sentido de compatibilizar os interesses nacionais e os comunitários. Daí a importância de transladar a idéia de “comunidade”, que caracteriza o âmbito doméstico, para o âmbito internacional, de forma a servir de fundamento para a cooperação internacional.

Desta forma, a identidade coletiva manifestada nos discursos encontrou reflexo na prática comportamental do Reino Unido. Embora a identidade coletiva baseada na doutrina de comunidade internacional tenha surgido como uma proposta do partido governante, foi universalizando-se na prática através do engajamento do Estado em negociações bilaterais com outros Estados membros da UE e da cooperação multinacional em matéria de segurança e defesa. Assim, a identidade coletiva foi sustentada nestas práticas e levaram ao desenvolvimento de uma política comum dentro da UE.

Verifica-se, portanto, que o Reino Unido tentou, através da PESD, apresentar-se com uma imagem positiva, diferente das anteriores. Daí a relevância dos conceitos construtivistas das Relações Internacionais, uma vez que nos permitem indagar sobre as fontes e conteúdo das identidades e interesses dos atores e oferecer outras interpretações da política internacional em função do papel das idéias e da cultura.